



AUDIÊNCIA SENADO FEDERAL:

Moratórias da Carne e Soja



Rodrigo Bressane

Gestor Jurídico
FAMATO

A Regulação Paralela

Limites dos pactos privados frente à legislação ambiental brasileira e o impacto no setor produtivo.

Audiência Pública – Senado Federal

Não se pode penalizar quem cumpre a lei.



O Estado de Direito

O Brasil possui uma das legislações ambientais mais rigorosas do mundo. O Código Florestal (Lei 12.651/2012) regula rigidamente o uso do solo, Reserva Legal, APPs e a supressão vegetal autorizada.



A Realidade Imposta

Mecanismos paralelos privados (Moratória da Soja e TACs da Carne) atuam sem base legal específica, sem controle estatal e sem o devido processo legal (contraditório).

Cronologia de uma Anomalia



As moratórias perderam o objeto. Foram criadas antes do rigor do Código Florestal atual e hoje funcionam como uma regulação territorial paralela e obsoleta.

Matriz de Colisão Regulatória

	Código Florestal (O Estado)	Moratórias e TACs (Pactos Privados) 
Legitimidade	Democrática e Soberana. Aprovada pelo Congresso.	 Arbitrária. Criada sem participação do produtor.
Devido Processo Legal	Garante direito de defesa e contraditório.	 Julgamento sumário e automático, sem base legal.
Classificação do Desmatamento	Diferencia estritamente o desmatamento Legal do Ilegal.	 ERRO CENTRAL: Trata desmatamento legal idêntico ao desmatamento ilegal.
Efeito Econômico	Autoriza o uso produtivo responsável da terra.	 Exclusão sumária da cadeia produtiva e crédito.

A Injustiça Espacial: O Polígono vs. A Propriedade Total

A Lei: Decreto 6514/2008



Embargo Restrito (Art. 15-A e 108)

A punição restringe-se exclusivamente ao local da infração. O resto da propriedade mantém-se produtivo.

A Moratória: Pacto Privado

Bloqueio Total

Restrição de 100% da propriedade. Inviabiliza toda a operação por conta de qualquer alerta, ignorando supressões legais.



A Anatomia da Ruína



Dimensão Real do Impacto: Estudo IMEA (Parte 1)

437.000

hectares de áreas produtivas potencialmente afetadas (áreas que podem estar 100% regulares perante o Código Florestal).

82

municípios atingidos diretamente dentro do bioma Amazônia.



O bloqueio não é cirúrgico; é uma barreira territorial massiva que sobrepõe a soberania do Estado sobre o planejamento do solo.

Hemorragia Econômica: Estudo IMEA (Parte 2)

1,53 Milhão

de toneladas de soja
impactadas e barradas.



+10.000

empregos diretos, indiretos e
induzidos destruídos na região.



R\$ 3,7 Bilhões

em Valor Bruto da Produção (VBP)
dizimados pela exclusão de mercado.



R\$ 60 Milhões

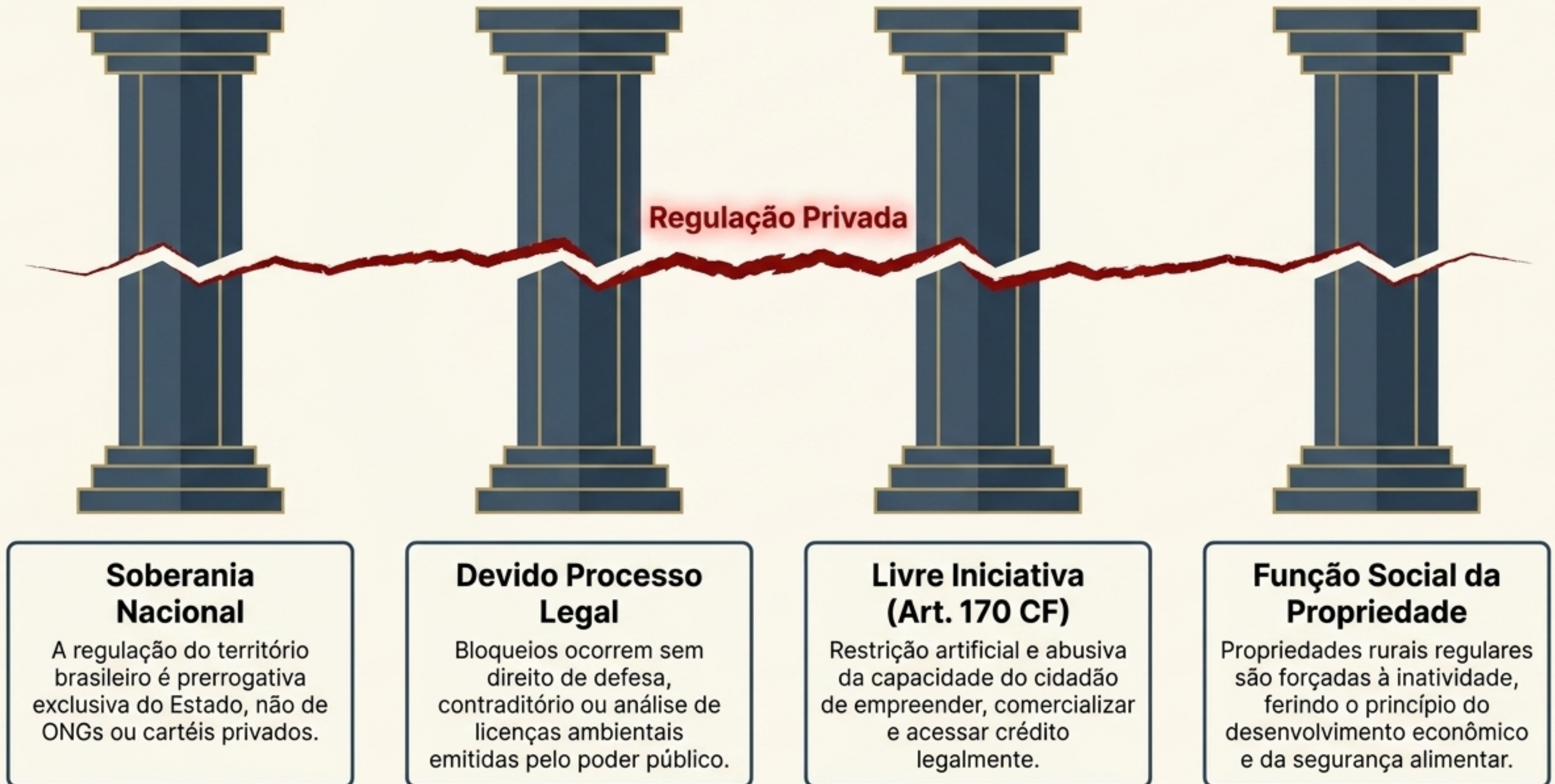
em arrecadação tributária do FETHAB
comprometidos, afetando o Estado.



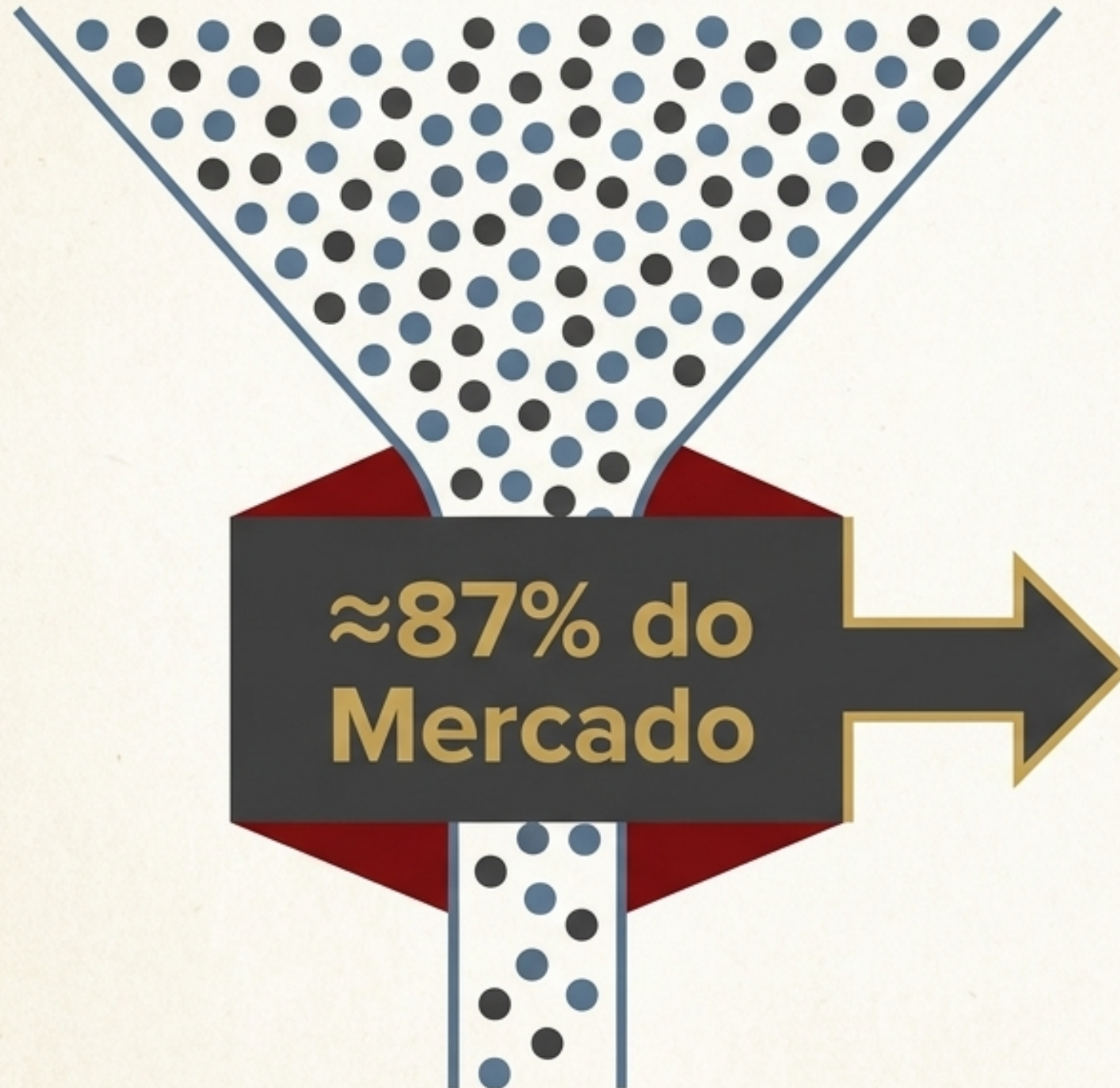
O Paradoxo Ambiental



Violações Constitucionais



O Campo de Batalha Antitruste (CADE)



Reclamação Ativa no CADE (CNA e entidades)

O cenário atual está sob rigorosa apuração por graves infrações à ordem econômica. A moratória não é apenas uma questão ambiental, mas uma barreira comercial.

- ✗ Abuso de poder econômico.
- ✗ Coordenação de mercado (Boicote coletivo).
- ✗ Criação de barreira comercial privada.
- ✗ Restrição artificial e distorção concorrencial da oferta.

O Precedente do Supremo Tribunal Federal



ADI 7774

O Conflito

O STF debate os limites exatos entre a liberdade da iniciativa privada (dos cartéis corporativos) e a atuação soberana, indelegável e exclusiva do Estado brasileiro na regulação do seu território.

A Premissa Institucional

Embora o STF reconheça a relevância ambiental, a jurisprudência estabelece um norte irrefutável: Não há obrigatoriedade de o poder público aderir, endossar ou se submeter a pactos privados. O Estado obedece exclusivamente à Lei.

A Posição da FAMATO: Uma Estrutura de Solução

1. Combate ao Desmatamento ILEGAL

Reafirmar o compromisso inflexível com a proteção ambiental, direcionando a fiscalização exclusivamente ao crime, e protegendo a produção legalizada.

2. Fim dos Mecanismos Paralelos

Exigir o reconhecimento formal da perda de objeto das moratórias. Encerrar acordos arbitrários que sobrepõem e desrespeitam o Código Florestal.

3. Segurança Jurídica

Garantir que o produtor rural portador de licença de supressão autorizada pelo Estado tenha acesso inalienável ao mercado de commodities e ao crédito.

4. Reparação Econômica

Estabelecer mecanismos justos de indenização aos produtores rurais que sofreram falência ou prejuízos severos em decorrência de bloqueios privados sumários.

Proposta de Encaminhamentos ao Senado Federal

1

Soberania da Lei

Reconhecimento formal do Código Florestal como a única norma central de regulação do uso do solo, invalidando sobreposições.

2

Desmobilização

Cancelamento oficial das moratórias e pactos privados que restrinjam o comércio proveniente de áreas legalizadas pelo Estado.

3

Fim da Equiparação

Vedação legal absoluta da equiparação arbitrária entre desmatamento legal (licenciado) e ilegal para fins comerciais ou de restrição de crédito.

4

Governança Inclusiva

Garantia de que a criação de qualquer futuro programa ou critério ambiental seja feita em conjunto, respeitando a Lei Brasileira e com a participação obrigatória do produtor rural.

OBRIGADO



 rodrigo@bressane.adv.br

 [Rodrigo Gomes Bressane](#)

 [rodrigogomesbressane](#)

 rodrigobressane@famato.org.br

 [Sistema Famato](#)

 [Sistema Famato](#)